

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Edital 3/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG  | Editado por               | Atualizado em            |
|--------------------|---|---------------------------|--------------------------|
| 3/2026             | 180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL | TATIANA FERNANDES GUARDIA | 13/03/2026 14:21 (v 0.5) |
| Status             | ASSINADO  |                           |                          |

Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | 058.00080564/2025-82    |

1. PREÂMBULO

PREGÃO

ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180361)

OBJETO

Contratação de prestação de serviços de transferência, por remoção mediante guinchamento, de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP e unidades subordinadas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 648.623,40

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

*Dia 22/04/2026 às 10h (horário de Brasília)*

### **Critério de Julgamento:**

*Menor Preço por Grupo*

### **Modo de disputa:**

*Aberto*

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

*SIM*

## **2. DO OBJETO**

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**8ª Delegacia Seccional de Polícia do DECAP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

(Processo Administrativo nº SEI 058.00080564/2025-82)

1. Torna-se público que o(a) Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do(a) 8ª Delegacia Seccional de Polícia, sediado(a) na Av. Arquiteto Vilanova Artigas, nº 720, Bairro Conjunto Teotônio Vilela, São Paulo/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **2. DO OBJETO**

2.1.O objeto da presente licitação é contratação de serviços de transferência, por remoção mediante guinchamento, de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **3. DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A disciplina deste item 3 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3. A não observância do disposto no subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

4.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

4.5.1. Para o único grupo objeto desta licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. No que concerne aos subitens 4.6.2 e 4.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4.11. Poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 5.5.1 e 5.5.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão no item 4.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 5.4.1 ou no item 5.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.



5.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 a 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total estimado de cada item, totalizando o valor integral do grupo para a contratação pelo período de 15 meses.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato .

## **7. 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO**

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 .O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e total de cada item (veículos leves, veículos pesados, motocicletas, peças e outros tracionados).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser equivalente a 1% e incidirá sobre o valor de cada item.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação à hipótese do grupo não ser exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 4.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

### **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no item 4.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas "b" e "c", do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.



8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 e 5.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 8.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

### **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

- 9.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.
- 9.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz .
- 9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 9.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 9.9.1.
- 9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.



9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 4.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 15 deste Edital.

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

### **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. A disciplina deste item 11 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **12. DOS RECURSOS**

### **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

1. Multa Moratória de 0,5% ( meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 13.1.8 a 13.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;

3. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 13.1.3, de 25% a 30% do valor do Contrato;

4. Para infração descrita no item 13.1.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;

5. Para infrações descritas nos itens 13.1.4 a 13.1.6, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato;

6. Para infrações descritas no item 13.1.7, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato;

7. Para a infração descrita no item 13.1.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

13.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

13.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 13.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11 e 13.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 13.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

13.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

13.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

13.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## **14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio no sistema, no sítio eletrônico [www.compras.sp.gov.br](http://www.compras.sp.gov.br), bem como através do e-mail [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br).

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

14.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [www.compras.sp.gov.br](http://www.compras.sp.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

14.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



15.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 15.2.

15.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

15.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

15.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

15.2.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 8.1 deste Edital.

15.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

15.2.5.1.a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

15.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

15.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

15.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

15.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.11. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

15.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.14. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.14.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.15. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

15.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos sítios eletrônicos: <https://pncp.gov.br/app/editais> e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

15.17. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.18.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.18.1. Anexo I.1 - *Estudo Técnico Preliminar*

15.18.1.1. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

15.18.2. ANEXO III – Cópia de ato normativo sobre sanções aplicável

15.18.3. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

15.18.4. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

15.18.5. ANEXO VI - Avaliação de Execução de Serviços;

15.18.6. ANEXO VII - Auto de Vistoria para Remoção.

15.18.7.

São Paulo, 13 de março de 2026.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**VALTER SERGIO DE ABREU**

Autoridade competente





*Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 14:21:40.*

**TATIANA FERNANDES GUARDIA**

Investigadora de Polícia



*Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 13:00:10.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR e anexos - 13.03.26.pdf (20.21 MB)
- Anexo II - ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.pdf (3.73 MB)
- Anexo III - ANEXO III - Cópia do Ato Normativo sobre Sanções Aplicáveis.pdf (6.29 MB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Modelo referente a planilha de proposta.pdf (493.05 KB)
- Anexo V - ANEXO V - Modelo de Declarações.pdf (557.42 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - Planilha Orcamentaria.pdf (887.88 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII - Auto de Vistoria para Remoção - Check List.pdf (118.25 KB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII - Avaliação de Execução de Serviços.pdf (600.29 KB)

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

|                    |   |                                   |                          |
|--------------------|---|-----------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG  | Editado por                       | Atualizado em            |
| 6/2026             | 180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL | RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL | 10/03/2026 16:31 (v 0.4) |
| Status             | ASSINADO  |                                   |                          |

Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | 058.00080564/2025-84    |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 058.00080564/2025-82)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços de transferência, por remoção mediante guinchamento, de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER                        | UNIDADE DE MEDIDA | ESTIMATIVA DE REMOÇÕES (MENSAL) | ESTIMATIVA DE REMOÇÕES (15 MESES) | VALOR UNITÁRIO DO ITEM | VALOR TOTAL DO ITEM |
|------|---|-------------------------------|-------------------|---------------------------------|-----------------------------------|------------------------|---------------------|
| 1    | Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes)  | 16160<br>(Código BEC 18677-5) | unidade           | 42,8                            | 642                               | R\$ 500,00             | R\$ 321.000,00      |
| 2    | Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, | 16160                         | unidade           | 3,5                             | 53                                | R\$ 1.116,67           | R\$ 59.183,33       |

| reboque ou semirreboque e suas combinações |                 | (Código<br>BEC<br>18678-3) |         |      |     |                |                |
|--|-----------------|----------------------------|---------|------|-----|----------------|----------------|
|  |                 | 16160                      |         |      |     |                |                |
| 3  | Motocicletas    | (Código<br>BEC18679-1)     | unidade | 42,9 | 644 | R\$ 343,33     | R\$ 221.106,67 |
| 4  | Motores e peças | (Código<br>BEC<br>25534-3) | unidade | 18,9 | 284 | R\$ 166,67     | R\$ 47.333,33  |
| Valor Total da Contratação (15 meses)      |                 |                            |         |      |     | R\$ 648.623,40 |                |

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como *comuns*, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que o serviço visa atender demanda ordinária da Administração, consistente na remoção de veículos apreendidos por ato de polícia judiciária praticados pelas unidades subordinadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5.O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação, bem como instrumentalizar esta proteção, em ações práticas, especialmente:

- Adotar frota com baixa emissão de poluentes.
- Possuir Manutenção preventiva, de modo a garantir que os veículos contratados estejam em conformidade com as normas de emissão de poluentes, promovendo manutenções regulares.
- Possuir prática de Gestão de resíduos, de modo a assegurar o descarte correto de resíduos gerados durante a prestação do serviço, como óleos e outros materiais automotivos.
- Dispor de rastreabilidade e otimização de rotas, possuindo sistemas de rastreamento que reduzam o consumo de combustível por meio de rotas mais eficientes.

4.1.2. Adotar, conforme a IN 01/2010 da SLTI-MPOG, as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada.

4.1.3. Observar a Resolução CONAMA 020/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento:

- forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- realize um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.4. Observar a Resolução CONTRAN nº 735, de 05 de junho de 2018;

##### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

##### **Vistoria**

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 16:00 horas.

4.3.1. A vistoria prévia viabiliza a apresentação de propostas compatíveis com a realidade, prevenindo omissões ou distorções de custos, bem como contribui para a seleção de propostas exequíveis, resguardando a Administração de eventuais riscos contratuais futuros e garantindo a observância dos princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

4.6. As vistorias deverão ser previamente agendada, por correio eletrônico ou telefone (uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br e 11- 2702-5619), conforme instruções constantes do estudo técnico preliminar.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

##### 5.1.1. *Início da execução do objeto: a contar da emissão da ordem de serviço;*

5.1.1.1. O início da prestação dos serviços ocorrerá desde que emitida a respectiva Ordem de Serviço.

5.1.1.2. A emissão da Ordem de Início dos Serviços está condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, do atendimento das exigências fixadas neste Termo de Referência, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade, que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

5.1.1.3. Somente após verificado o atendimento das exigências fixadas no Termo de Referência é que será expedida a Ordem de Início dos Serviços pelo CONTRATANTE.

##### 5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

5.1.2.1. Os serviços, compreendido como a retirada do veículos nas unidades policiais até a entrega no pátio em Nazaré Paulista, serão prestados em dias úteis, de segunda a sexta feira, no período compreendido entre 08:00hs e 19:00hs.



5.1.2.1.1.A retirada de veículos, peças e outros tracionados em locais diversos das unidades policiais poderá ocorrer em dia e horário distintos daquele estipulados acima, ocasião em que o objeto será encaminhado à respectiva unidade policial solicitante, para posterior transferência ao pátio terceirizado. Nesta hipótese serão considerados, para fins de pagamento, ambos os deslocamentos realizados.

5.1.2.2. Toda e qualquer remoção deverá ser feita de modo a preservar as condições em que se encontravam os bens apreendidos, assumindo a Contratada toda a responsabilidade por eventuais danos que comprovadamente vierem a ser causados durante a execução dos serviços.

5.1.2.3.Toda e qualquer remoção deverá ser realizada mediante guinchamento, sendo vedada outra forma de transferência.

5.1.2.3. A remoção só poderá ser autorizada após prévia vistoria, que será realizada por policial civil designado pelo Contratante e por representante do pátio JDN, mediante o preenchimento de formulário próprio "Auto de Vistoria para Remoção".

5.1.2.4. O "auto de vistoria para remoção" descreverá em detalhes as características do objeto a ser transferido, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número e denominação da unidade policial civil (Delegacia);
- Data;
- Número do boletim de ocorrência e/ou inquérito policial;
- Características (marca, modelo, ano fab/mod, placa etc);
- Quilometragem;
- Veículo andando quando acionada ignição;
- Estado geral da lataria;
- Estado geral de vidros;
- Estado geral dos bancos;
- Estado dos pneus;
- Possui rodas;
- Possui estepe;
- Existência de motor e caixa de câmbio;
- Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo);
- Possui aparelhos de som e/ou imagem;
- Possui retrovisores;
- Possui extintor de incêndio;
- Faróis e lanternas íntegros;
- Observações e divergências;
- Identificação do policial civil que lavrou o auto de vistoria e do guincheiro responsável pela remoção;

5.1.2.5. Cópias do "Auto de Vistoria para Remoção" serão entregues:

- representante do pátio da empresa JDN, no momento da retirada do bem;
- ao motorista responsável pela remoção, preposto da Contratada, que assinou o "Auto de Vistoria para Remoção"; e
- ao representante do pátio JDN, no momento de sua entrega do bem.

5.1.2.6. Na chegada ao pátio, antes do recebimento do bem para depósito e guarda, o representante do pátio de destino receberá cópia do "Auto de Vistoria para Remoção", confrontando suas informações com as condições do bem que lhe for apresentado, repetindo a vistoria.

5.1.2.7. Constatadas eventuais divergências em relação à vistoria anteriormente realizada, a Contratada deverá:

- a. Comunicar o fiscal ou gestor do contrato, registrando a divergência, com data e hora, efetuando fotos das divergências relatadas para as devidas providências.
- a. Adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, antes, durante ou após o seu traslado;
- b. Verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo e pela própria contratada, quando da entrada ao pátio.

c. Responsabilizar-se integralmente pelos danos a que, comprovadamente, tiver dado causa.

5.1.2.8. O veículo será recepcionado no pátio de destino por funcionário da contratada e do pátio de destino, devidamente identificado e treinado, que repetirá a vistoria realizada na remoção, conferindo-a com o Auto de Vistoria para Remoção que lhe foi entregue e, se necessário, tirando novas fotografias.

5.1.2.9. A contratada disponibilizará em arquivo, banco de dados fotográfico dos veículos removidos, para consulta da CONTRATANTE, durante e após a vigência do contrato.

5.1.2.10. A falta dos registros fotográficos, que comprove a preexistência de todas as avarias constantes no veículo anteriormente à remoção implicará na assunção do ônus de ressarcimento de toda e qualquer avaria reclamada, sem prejuízo das sanções contratuais correspondentes.

5.1.2.11. No caso de verificação de avarias, deve haver o registro fotográfico detalhado correspondente.

5.1.2.12. Não havendo divergências a serem sanadas, o pátio de destino ficará responsável pelo veículo, e pertences, se existentes.

5.1.2.13. As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas dos automóveis deverão ser entregues sempre junto ao veículo correspondente, de preferência em seu interior.

5.1.2.14. No caso da existência de objetos ou pertences deixados no interior do automóvel, estes devem permanecer no interior do veículo.

5.1.2.15. Ao final do contrato, sob qualquer circunstância, a contratada deverá entregar o banco de dados com todos os registros fotográficos à contratante.

5.1.2.16. No caso da necessidade de software próprio para acesso às informações, a contratada se obriga a conceder à contratante o respectivo programa e/ou licenças correspondentes.

### 5.1.3. Vigência contratual

Tratando-se de necessidade contínua, consistente na transferência de veículos acautelados nos pátios das delegacias, assim como remoção das futuras apreensões, em quantidade estimada neste Termo de Referência, os serviços deverão ser realizados pela contratada no período de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início de Execução de Serviços, podendo ser prorrogado, em conformidade com o previsto na legislação vigente.

### 5.1.4. Local da prestação do serviço

5.1.4.1. O serviço de remoção de veículos apreendidos complementam a atividade de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional, com disponibilização e administração de pátio localizado no município de Nazaré Paulista /SP, na Estrada do Rio Acima, Km 25.

5.1.4.2. As unidades policiais e a respectiva distância em relação ao pátio contratado segue abaixo discriminada:

|                       |  |         |
|-----------------------|--|---------|
| 41º Distrito Policial | Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo/SP          | 53,5 km |
| 44º Distrito Policial | Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo/SP             | 66 km   |
| 49º Distrito Policial | Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP                 | 58,7 km |
| 53º Distrito Policial | Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP | 66,2 km |
| 54º Distrito Policial | Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP   | 72,7 km |

|   |  |         |
|---|--|---------|
| 55º Distrito Policial                     | Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP   | 60,2 km |
| 66º Distrito Policial                     | Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP        | 51 km   |
| 69º Distrito Policial                     | Av. Arquiteto Vilanova Artiga, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP | 56 km   |
| 70º Distrito Policial                     | Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo/SP              | 55,1 km |
| 8ª Delegacia de Defesa da Mulher          | Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP        | 51 km   |
| Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso | Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP              | 66,2 km |
| Centro de Execução de Cartas Precatórias  | Av. Osvaldo Pucci, 180, 2ª andar, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP    | 66,2 km |
| CERCO                                     | Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP | 56 km   |

#### 5.1.4.3. Será facultado aos interessados prévia avaliação dos locais e condições para execução dos trabalhos.

#### 5.1.5. Acionamento e Prazo para Atendimento

5.1.5.1. Deverá a Contratada disponibilizar linha telefônica para atendimento à Autoridade Policial, bem como correio eletrônico (e-mail) ou outros meios de contato que tornem possível o envio da ordem de remoção e a comunicação dos dados e informações pertinentes ao veículo automotor e outros tracionados ou motores e peças apreendidos.

5.1.5.1.1. A Autoridade Policial ou seus agentes deverão registrar a requisição de remoção, de forma que fiquem consignados o dia e a hora da requisição, inclusive por meios eletrônicos, para a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada.

5.1.5.2. Assim que acionada, a empresa responsável pela remoção deverá retirar do local o bem apreendido em até 4 (quatro) horas, contadas da chamada inicial. O termo inicial do prazo previsto é o horário de conclusão da chamada telefônica, independentemente do envio posterior de mensagem eletrônica (e-mail) com os dados da remoção.

5.1.5.3. Após a retirada do(s) veículo(s) ou peça(s), deverá a Contratada proceder à imediata remoção ao local de guarda e depósito.

5.1.5.3.1. O descumprimento injustificado do prazo de execução da remoção estabelecido ensejará a aplicação de percentual de desconto, que incidirá sobre o valor unitário contratado para a remoção, proporção seguinte:

| Tempo para início da remoção | Percentual de desconto |
|------------------------------|------------------------|
| Até 4 horas                  | zero                   |
| De 4 a 6 horas               | -5%                    |
| De 6 a 9 horas               | -10%                   |
| Acima de 9 horas             | -15%                   |

5.1.5.4. A aplicação do percentual de desconto incidirá em cada remoção, de forma independente, e não afasta a eventual aplicação de sanções administrativas.

5.1.5.5. Caso ocorram eventos, caracterizados como casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o atendimento no prazo estipulado, estes deverão ser comunicados de imediato ao agente que requisitou os serviços, que registrará e avaliará a nova previsão de atendimento.

5.1.5.6. Tal fato, posteriormente, será avaliado pelo Fiscal do Contrato para verificação de sua veracidade, aceitabilidade ou se é caso de incorreção (sujeita a eventuais penalidades e inclusão na Avaliação de Desempenho).

**5.1.6 Materiais a serem disponibilizados**

5.1.6 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar guinchos e/ou outros veículos apropriados e compatíveis com as espécies de veículos, outros tracionados e peças objeto do serviço, em quantidade suficiente para a transferência de todo o acervo descrito neste termo de referência.

5.1.6.1. A Contratada deverá disponibilizar aparelho tipo “munch”, guincho manual, elétrico ou hidráulico para guinchamento de veículos que em local de difícil acesso, bem como equipamentos, ferramentas e outros utensílios necessários para a execução do serviço em questão, considerando a estrutura de ambos os pátios envolvidos e a natureza do serviço prestado.

5.1.6.2. A Contratada disponibilizará pessoal em número necessário para execução do contrato e das atividades operacionais correlatas. Caberá à Contratada definir a quantidade mínima de funcionários necessários para cumprir com todas as obrigações contratuais.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. A Contratada deverá realizar a transferência de veículos e outros tracionados, incluindo peças, atualmente acautelado nos pátios das delegacias, assim como a remoção das futuras apreensões, consoante abaixo discriminado:

| Tipo                       | Quantidade Estimada para 15 meses |
|----------------------------|-----------------------------------|
| Veículos leves             | 642                               |
| Veículos pesados           | 53                                |
| Motocicletas               | 644                               |
| Outros tracionados e peças | 284                               |

5.2.2. As quantidades estimativas poderão ser readequadas para atender as demandas da Contratante. Para definição da estimativa foram consideradas informações de remoções mensais efetuadas prestadas pelas unidades subordinadas à 8ª Delegacia Seccional de Polícia.

**DA CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS**

5.3. Os Veículos, sujeito à transferência, objeto da licitação pretendida pela 8a Seccional de Polícia, será classificado conforme segue:

- **Veículos Leves** (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.);
- **Veículos Pesados** (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações.);
- **Motocicletas** (ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo);

- **Outros tracionados e peças** (motores, caixas de câmbio, chassi de moto e outras peças/acessórios, etc.).

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.5. A Contratação que se pretende realizar visa a transferência de veículos e outros tracionados, incluindo peças, apreendidos pelas unidades subordinadas para depósito e guarda no pátio Guarda de Veículos JDN Ltda, localizado no município de Nazaré Paulista, conforme endereços constantes do item 5.2.2, de modo que consiste em demanda acessória e complementar ao contrato de guarda e depósito de veículos.

5.5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);



6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou
- 7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a seguinte dinâmica:
- 7.2.1. Mensalmente, no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço, a Contratada comunicará, por e-mail ou outro meio hábil, ao gestor do contrato ou ao servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços, relação dos veículos, peças ou acessórios removidos, contendo: data e hora da remoção, placas, marca e modelo do veículo, número do procedimento de polícia judiciária e nome do solicitante.
- 7.2.2. O gestor do contrato ou o servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços deverá confrontar a nota fiscal e o relatório enviados pela Contratada com os dados informados pelas unidades policiais.
- 7.2.2.1. Não havendo divergências, o gestor do contrato emitirá, em até 3 (três) dias úteis, o "Atestado de Execução dos Serviços" que deverá ser encaminhado à Seção de Finanças da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP, localizada na Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, 2º andar - Teotônio Vilela - São Paulo/SP, juntamente com a nota fiscal e o relatório emitidos pela Contratada, com vistas a realização do pagamento.
- 7.2.2.2. O descumprimento injustificado do prazo de execução da remoção estabelecido no item 5.1.5.3. deste TR ensejará a aplicação de percentual de desconto, que incidirá sobre o valor unitário contratado para a remoção, proporção seguinte:

| Tempo para início da remoção | Percentual de desconto |
|------------------------------|------------------------|
| Até 4 horas                  | zero                   |
| De 4 a 6 horas               | -5%                    |
| De 6 a 9 horas               | -10%                   |
| Acima de 9 horas             | -15%                   |

- 7.2.2.3. A aplicação do percentual de desconto incidirá em cada remoção, de forma independente, e não afasta a eventual aplicação de sanções administrativas.

7.2.2.4. Caso ocorram eventos, caracterizados como casos fortuitos ou de força maior, que impeçam o atendimento no prazo estipulado, estes deverão ser comunicados de imediato ao agente que requisitou os serviços, que registrará e avaliará a nova previsão de atendimento.

7.2.2.5. Tal fato, posteriormente, será avaliado pelo Fiscal do Contrato para verificação de sua veracidade, aceitabilidade ou se é caso de incorreção (sujeita a eventuais penalidades e inclusão na Avaliação de Desempenho).

#### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal mencionada no item 7.2.1., o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **8 - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A descrição das infrações e respectivas sanções encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do edital e contrato correspondentes.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será **de empreitada por preço unitário**, já que o pagamento devido deve ser definido pela medição das unidades de serviço efetivamente realizadas.

9.2.1. O presente Termo de Referência e Estudos Técnicos Preliminares estimam com as especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual.

#### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 9, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

**9.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.7 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**9.8 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.10. Ato de autorização para o exercício da atividade,** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista



9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

9.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Qualificação Técnica**

9.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

9.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) correspondentes a 50% do objeto da licitação e dizer respeito a contrato(s) executado(s), com a(s) seguintes(s) característica (s) mínimas:

8.23.1.1. Guinchamento, remoção e transporte de veículos automotores

8.23.1.2. Atendimento de serviços de remoção emergencial ou programada

8.23.1.3. Manuseio e transporte de peças veiculares

9.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

9.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

#### **Outras comprovações**

9.24. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

9.25. *Tratando-se de consórcio:*

9.25.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;*

9.25.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;*

9.25.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.25.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio*

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 648.623,40 (seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/180361;

II) Fonte de Recursos:150010001 ;

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;

IV) Elemento de Despesa: **33903999**;

V) Plano Interno: 000.000.0100;

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **12 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

DELEGADA DE POLÍCIA ASSISTENTE - UGE

VALTER SERGIO DE ABREU

8º DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2] )

As regras deste Anexo não se aplicam a este Termo de Referência, tendo em vista que o edital já possui anexo específico para este objeto (ANEXO II do Edital - Minuta do Contrato).

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

As regras deste Anexo não se aplicam ao objeto, tendo em vista que o edital já possui anexo pertinente a matéria (DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 16:31:50.

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 16:23:35.

## ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

## Estudo Técnico Preliminar 9/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00080564/2025-82

## 2. Descrição da necessidade

### Remoção Ordinária de Veículos Apreendidos

A 8ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciária da Capital/DECAP abrange 09 delegacias de polícia e três especializadas, as quais realizam diuturnamente atividades de Polícia Judiciária, nos termos do Art. 144, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

Os atos de polícia judiciária, frequentemente, englobam a apreensão de veículos produto ou objeto de infrações penais, consistindo em obrigação do Estado o regular depósito e guarda desses bens, até que definida outra destinação.

Em razão da descentralização de todo o processo de gestão de veículos apreendidos por atos de polícia judiciária, esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia realizou procedimento licitatório para contratação de pátio para depósito e guarda dos veículos apreendidos, saindo vencedora do certame a empresa Guarda de Veículos JDN Ltda (pregão eletrônico 90003/2025), a qual disponibilizou pátio no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, Km 25, onde os veículos apreendidos deverão ser recolhidos.

Assim como os serviços de pátio, o Estado não dispõe de estrutura para remoção de veículos apreendidos por execução direta, dependendo, pois, da contratação da prestação de serviços terceirizados dessa natureza, para regularização da gestão dos serviços, em complementação ao serviço de depósito e guarda contratado.

Nesses termos, o presente visa a contratação de serviços de remoção de veículo automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP, com a disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados, nos termos da Resolução CONTRAN Nº 735, de 05 de junho de 2018.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante    | Responsável                       |
|----------------------|-----------------------------------|
| Assistência Policial | Renata Lancellotti Zuccaro Leonel |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Do objeto do Contrato

#### 4.1.1. Classificação do objeto

Prestação de serviços de transferência, por remoção mediante guinchamento, de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados das unidades policiais subordinadas a esta 8ª Delegacia Seccional de Polícia para o Pátio Guarda de Veículos JDN, localizado na Estrada do Rio Acima, KM 25, em Cidade de Nazaré Paulista/SP, conforme contrato 03/2025.



A contratação pretendida possui padrões de desempenho e qualidade determinados por legislação específica, podendo ser objetivamente definida pelo ato convocatório, de modo que o **serviço pretendido é comum** e deve ser prestado de forma **contínua**, pois permite uma competição baseada unicamente nos preços propostos pelos licitantes, visto que não haverá apreciação de propostas técnicas e visa atender demanda ordinária da administração pública, consistente na remoção de veículos apreendidos para outro endereço.

Enquadra-se na definição de "serviços comuns" uma vez que é composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado.

#### 4.1.2. Abrangência da Contratação

Os serviços propostos deverão ser prestados de forma contínua, de modo a abranger a remoção dos veículos atualmente acautelados nos pátios das unidades subordinadas, bem como as futuras apreensões de veículos e outros tracionados, incluindo motores e peças apreendidos, durante a vigente contratual.

A remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, consiste no transporte de veículos, outros tracionados e peças apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária para os locais indicados pela Autoridade Policial competente, na seguinte conformidade:

- do local onde se encontra o veículo ou peça até a unidade policial; ou
- do local onde se encontra o veículo ou peça até a unidade policial e, na sequência, até o pátio contratado, considerando-se neste caso uma única remoção para fins de pagamento; ou
- da unidade policial ou do local onde se encontra o veículo ou peça até o pátio contratado;

A empresa contratada para a guarda e depósito dos veículos é a empresa Guarda de Veículos JDN Ltda., com disponibilização de pátio localizado na Estrada do Rio Acima, Km 25, em Nazaré Paulista.

##### 4.1.2.1. Unidades subordinadas

| Unidade Policial                          | Endereço  | Distância do Pátio |
|---|---|--------------------|
| 41º Distrito Policial                     | Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo/SP             | 53,5 km            |
| 44º Distrito Policial                     | Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo/SP                | 66 km              |
| 49º Distrito Policial                     | Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP                    | 58,7 km            |
| 53º Distrito Policial                     | Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP    | 66,2 km            |
| 54º Distrito Policial                     | Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP      | 72,7 km            |
| 55º Distrito Policial                     | Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP    | 60,2 km            |
| 66º Distrito Policial                     | Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP         | 51 km              |
| 69º Distrito Policial                     | Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP | 56 km              |
| 70º Distrito Policial                     | Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo/SP               | 55,1 km            |
| 8ª Delegacia de Defesa da Mulher          | Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP         | 51 km              |
| Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso | Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP               | 66,2 km            |
| Centro de Execução de Cartas Precatórias  | Av. Osvaldo Pucci, 180, 2ª andar, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP     | 66,2 km            |
| CERCO                                     | Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP  | 56 km              |

4.2. Do Processo Licitatório

4.2.1. Critério de Julgamento

Por se tratarem de serviços comuns, a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas não são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, de modo que o critério de julgamento de menor preço é o que melhor se enquadra ao caso em questão.

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante certamente será o "MENOR PREÇO DO ÚNICO GRUPO DA LICITAÇÃO", considerando o tipo de veículos e peças a ser transferido, conforme abaixo elencado:

| TIPO   |
|--|
| Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes)   |
| Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações |
| Motocicletas   |
| Outros tracionados e peças (motores, caixas de câmbio, chassi de moto e outras peças /acessórios, etc  |

Da tabela acima, verifica-se que os itens possuem dimensões variadas, que corresponderão a diferentes preços e dificuldades na remoção, o que poderia trazer dificuldade para a Administração na remoção de um ou outro item, em razão da ausência de pretensos interessados na execução de tal serviço.

Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a efetividade e economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) serviço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o MENOR PREÇO DO ÚNICO GRUPO DA LICITAÇÃO.

4.2.2. Modo de Disputa

A escolha da disputa ABERTA visa evitar riscos na contratação e contribui para uma licitação que alcance prontamente os resultados pretendidos.

Outrossim, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

O objeto em tela envolve a prestação dos serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra: a execução das atividades não demanda a disposição exclusiva da utilização de mão de obra da contratada, não havendo necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante, em suas dependências com obrigatoriedade de subordinação, sendo que o contratado pode compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para a execução de outros contratos.

Conforme decreto 67.985/2023 que regulamentou o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133/2021, a contratação dos serviços pretendidos não se enquadra na categoria de luxo, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

O enquadramento acima exposto, quanto aos serviços pretendidos, seguiu os conceitos emanados na Lei 14.133/2021. Por se tratarem de conceitos claros trazidos pela própria legislação, inexistente necessidade de manifestação específica do Setor Técnico quanto a esta matéria.

4.2.3. Critérios para Escolha da Melhor Proposta

A elaboração da planilha de preços deve ser realizada de acordo com o modelo estabelecido pela Contratante.

A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.

A escolha da melhor proposta será decorrente da menor soma total da prestação dos serviços, desde que atendidas todas as condições necessárias à consecução do objeto desta licitação e demais previsões contidas no Termo de Referência.

O valor contratado para os serviços contemplará todos os custos referentes aos equipamentos auxiliares e mão de obra para a operação dos serviços, inclusive seguro, tributos, encargos, taxas, locação de veículos, se houver, funcionários e demais custos inerentes ao atendimento do objeto contratado.

#### **4.2.4. Visita Técnica**

Será facultada a realização de visita técnica no pátio contratado, assim como nas unidades policiais envolvidas, para que os interessados identifiquem as condições e disposições em que atualmente se encontrarão recolhidos os bens, assim como o local onde serão transportados, objetivando adequada definição das necessidades para a transferência e será elaborado Certificado de Visita Técnica por servidor responsável.

A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

Os interessados poderão fazer visitas técnicas, se considerarem necessárias. Cada visita deverá ser agendada pelo correio eletrônico [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br) ou pelo telefone (11) 2702-5619 e poderá ser realizada até o último dia útil imediatamente anterior à sessão pública, no período das 10h00 às 17h00.

Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre os veículos em que serão executados os serviços objeto da contratação.

#### **4.2.5. Das atividades compatíveis e incompatíveis com o objeto**

Algumas atividades já foram e ainda são consideradas totalmente incompatíveis com o objeto licitado de remoção de veículos. Outras, são afins e plenamente compatíveis.

As atividades incompatíveis são, assim, devido à sua natureza e forma de execução, sendo comumente utilizadas em desvios de peças e equipamentos veiculares. Além disso, abrem caminho propício a ilícitos como: furto de peças, lavagem de dinheiro, legalização de acessórios furtados e até veículos roubados, etc.

Essas atividades (incompatíveis) em nada dizem respeito à atividade de remoção por guinchamento, sendo totalmente independentes e dissociadas desta.

Por isso, primando pelo princípio da precaução, da vigilância e para proporcionar maior facilidade, segurança e transparência ao(s) contratante e contratada são atividades consideradas INCOMPATÍVEIS com a atividade de remoção por guinchamento, basicamente:

- Atividades relativas ao recondicionamento ou comércio de veículos, peças e acessórios automotivos (novos ou usados);
- Manutenção e/ou reparo de veículos.

Da mesma forma, será inabilitado o licitante que possuir parte societária ou sócio em comum com empresas que exerçam essas atividades, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais sanções cabíveis, cujo ramo de atividade seja:

- Recondicionamento ou comércio de veículos, peças e acessórios automotivos (novos ou usados);
- Manutenção e/ou reparo de veículos.

As atividades consideradas plenamente COMPATÍVEIS com a atividade remoção de veículos deverão, também, ser indicadas como critério, desta vez, de habilitação da proposta. Dentre outras são consideradas como plenamente compatíveis, às atividades de:

- Remoção: Atividades relativas a serviços de guincho, reboque ou remoção de veículos e assemelhadas;
- Guarda: Atividades relativas a serviços de estacionamento, estadia, guarda, garagem, parque ou parqueamento de veículos e assemelhadas.

Para verificação e aferição, no transcurso da sessão do Pregão, serão consultados os dados constantes do CNPJ da Empresa Licitante, até então vencedora, e do Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF) e o Contrato Social de Empresa.

Caso seja identificada CNAE e/ou Atividade considerada incompatível, será, também, verificado o "Contrato Social" da licitante da proposta vencedora até então.

Desta forma, haverá expressa previsão de que:

- será inabilitado a proposta do licitante que possuir como ramo de atividade, cadastrado em seu CNPJ ou em seu cadastro do SICAF (atividade principal ou secundária) qualquer uma destas atividades vedadas, fato confirmado também em seu Contrato Social.
- da mesma forma será habilitado a proposta do licitante que, porventura, possuir como ramo de atividade, cadastrado em seu CNPJ ou em seu Cadastros do SICAF (principal ou secundária) qualquer uma destas atividades compatíveis, fato confirmado também em seu Contrato Social.

### **4.3. Regime de Execução e Critério de Adjudicação**

A contratação terá como regime de execução empreitada por preço unitário, por grupo.

Assim, a contratação ocorrerá pela totalidade do grupo, embora o custo final seja definido pela medição das unidades de serviço efetivamente realizadas.

Ressalta-se que, a escolha do preço por item de forma isolada certamente afastaria pretensos interessados na remoção de itens de volume inexpressivo, trazendo prejuízos à Administração, diante da inexecução parcial do serviço almejado. Ademais, a modalidade em questão simplifica a gestão contratual, na medida que centraliza toda a execução contratual num único fornecedor.

### **4.4. Do Contrato**

#### **4.4.1. Do Instrumento Contratual**

A contratação pretendida visa a execução dos serviços de transferência de veículos e peças, por guinchamento, a ser realizado por empresa particular contratada através de licitação pública, na modalidade pregão, se mostrando essa a alternativa mais propícia e adequada vislumbrada pela Administração Pública para resolução da problemática de transferência dos veículos apreendidos para o pátio contratado.

#### **4.4.2. Da Subcontratação**

Para contratação pretendida, não será admitido subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

#### **4.4.3. Período da contratação**

A execução dos serviços deverá ter início a partir da emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços.

O período da contratação será de 15 (quinze) meses, prorrogável por igual período.

#### **4.4.4. Recursos Humanos**

A Contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do serviço executado, para execução do contrato e das atividades operacionais de vistoria, retirada e transbordo dos veículos e peças acima descritos. Caberá à Contratada definir a quantidade mínima de funcionários e materiais necessários para cumprir com todas as obrigações contratuais.

#### **4.4.6. Recursos Materiais**

A Contratada obriga-se a disponibilizar, em quantidade suficiente, guinchos e/ou outros veículos apropriados e compatíveis com as categorias de veículos, peças e outros tracionados elegíveis à remoção.

Os guinchos e/ ou veículos apropriados deverão estar devidamente licenciados, com todos os documentos e equipamentos obrigatórios, previstos na legislação de trânsito.

Deverão ser disponibilizados veículos especialmente capacitados e adaptados para a execução dos serviços de remoção, sendo, pelo menos um destes, com capacidade para remoção de veículos pesados.

Os guinchos deverão possuir dispositivos luminosos intermitentes ou rotativos, na cor amarelo âmbar.

A Contratada deverá disponibilizar aparelho tipo "munck", guincho manual, elétrico ou hidráulico para guinchamento de veículos em local de difícil acesso, ou quando necessário tais equipamentos.

Será admitida a utilização de veículos do tipo cegonha, caçamba ou similares para transporte de carcaças e peças avulsas que possam ser sobrepostas umas sobre as outras.



Os veículos empregados na execução do serviço contratado deverão seguir rigorosamente o contido nas normas de trânsito, no tocante às autorizações para circulação e execução das atividades de transporte de carga, previstas especificamente nos seguintes dispositivos:

- Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
- Lei federal nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007;
- Resolução ANTT nº 4.799, de 27 de julho de 2015;
- Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018;

O Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos de transporte que serão empregados na execução do serviço, a fim de verificar o cumprimento efetivo das normas previstas no edital e na legislação de regência.

#### **4.5. Requisitos Específicos da Contratação**

##### **4.5.1. Da Classificação dos Veículos objeto da contratação**

Os veículos a serem transferidos, objeto da licitação pretendida pela 8ª Seccional de Polícia, serão classificados conforme segue:

1. Veículos Leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.);
2. Veículos Pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações.);
3. Motocicletas (ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo);
4. Outros tracionados e peças (motores, caixas de câmbio, chassi de moto e outras peças/acessórios, etc.).

Quanto à remoção dos itens 3 e 4, para fins de pagamento, será considerada a quantidade de deslocamentos necessários até o pátio. No caso de transporte de motos e peças, quando o conjunto transportado corresponder, em volume, ao equivalente a um veículo leve, este será considerado como uma única unidade.

##### **4.5.2. Especificações dos Serviços e Forma de Execução dos Serviços**

Toda e qualquer remoção deverá ser feita de modo a preservar as condições em que se encontravam os bens apreendidos, assumindo a Contratada toda a responsabilidade por eventuais danos que comprovadamente vierem a ser causados durante a execução dos serviços.

Toda e qualquer remoção deverá ser realizada mediante guinchamento, sendo vedada outra forma de transferência.

A remoção será executada do local em que se encontra o veículo automotor e outros tracionados, incluindo motores e peças, não importando nenhuma circunstância transitória ou permanente que dificulte o acesso e/ou guinchamento para a unidade policial requisitante e, desta, para o pátio indicado pela autoridade policial competente.

Ordinariamente, a operacionalização dos serviços, compreendida como a retirada do veículo nas unidades policiais até a entrega no pátio em Nazaré Paulista, ocorrerá no período das 08:00hs às 18:00hs, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.

Excepcionalmente, a retirada de veículos e/ou peças em locais diversos das unidades policiais poderá ocorrer em dia e horário distintos daquele estipulados acima, ocasião em que o objeto será encaminhado à respectiva unidade policial solicitante, para posterior transferência ao pátio terceirizado. Nesta hipótese, serão considerados, para fins de pagamento, ambos os deslocamentos realizados.

Deverá a Contratada disponibilizar linha telefônica para atendimento à Autoridade Policial, bem como correio eletrônico (e-mail) ou outros meios de contato que tornem possível o envio da ordem de remoção e a comunicação dos dados e informações pertinentes ao veículo automotor e outros tracionados ou motores e peças apreendidos.

A Autoridade Policial ou seus agentes deverão registrar a requisição de remoção, de forma que fiquem consignados o dia e a hora da requisição, inclusive por meios eletrônicos, para a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada.

Assim que acionada, a empresa responsável pela remoção deverá retirar do local o bem apreendido em até 4 (quatro) horas, contadas da chamada inicial. O termo inicial do prazo previsto é o horário de conclusão da chamada telefônica, independentemente do envio posterior de mensagem eletrônica (e-mail) com os dados da remoção.

Após a retirada do(s) veículo(s) ou peça(s), deverá a Contratada proceder à imediata remoção ao local de guarda e depósito.

O descumprimento injustificado do prazo de execução da remoção estabelecido ensejará a aplicação de percentual de desconto, que incidirá sobre o valor unitário contratado para a remoção, proporção seguinte:

| Tempo para início da remoção | Percentual de desconto |
|------------------------------|------------------------|
|                              |                        |



|                  |      |
|------------------|------|
| Até 4 horas      | zero |
| De 4 a 6 horas   | -5%  |
| De 6 a 9 horas   | -10% |
| Acima de 9 horas | -15% |

A aplicação do percentual de desconto incidirá em cada remoção, de forma independente, e não afasta a eventual aplicação de sanções administrativas.

Quaisquer circunstâncias alheias à vontade da Contratada que a impeçam de dar cumprimento aos prazos previstos acima deverão ser reduzidas a termo e apresentadas ao gestor do contrato, em até 3 dias corridos para apreciação e justificativa. Caso acolhida, nenhum desconto será realizado.

#### **4.5.2.1. Vistoria Prévia à Remoção**

A remoção só poderá ser realizada após prévia vistoria, que será realizada por policial civil designado pelo Contratante e representante da empresa JDN, mediante o preenchimento de formulário próprio "Auto de Vistoria para Remoção".

O "Auto de Vistoria para Remoção" descreverá em detalhes as condições dos veículos leves, pesados e motocicletas, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número e denominação da unidade policial civil (Delegacia);
- Data;
- Número do procedimento de polícia judiciária;
- Nome e localização do pátio para onde será removido e guardado o veículo;
- Características (marca, modelo, ano de fabricação, ano modelo, placa, chassi etc);
- Quilometragem;
- Veículo andando quando acionada ignição;
- Estado geral da lataria;
- Estado geral dos vidros;
- Estado geral dos bancos;
- Estado dos pneus;
- Possui rodas;
- Possui estepe;
- Existência de motor e caixa de câmbio;
- Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo);
- Possui aparelhos de som e/ou imagem;
- Possui retrovisores;
- Possui extintor de incêndio;
- Faróis e lanternas íntegros;
- Observações e divergências;
- Identificação do policial civil que lavrou o auto de vistoria e do guincheiro responsável pela remoção.

Deverá ser feito o registro fotográfico em formato digital, realizado de modo a possibilitar a constatação das condições do bem no momento da retirada, nos seguintes ângulos: visualização frontal, lateral direita, lateral esquerda e traseira, além do registro de imagem digital de seu interior, inclusive, quando possível, com imagens digitais dos números de chassi e motor, as quais serão anexadas ao respectivo "Auto de Vistoria para Remoção".

O "Auto de Vistoria para Remoção" será assinado pelo policial civil que o lavrou, pelo representante do pátio da empresa JDN e pelo motorista responsável pela remoção, todos devidamente identificados por nome completo e nº de RG.

Cópias do "Auto de Vistoria para Remoção" serão entregues:

- a. representante do pátio de origem, localizado em Nazaré Paulista;
- b. ao motorista responsável pela remoção, preposto da Contratada, que assinou o "Auto de Vistoria para Remoção"; e
- c. ao representante do pátio de destino, localizado em Nazaré Paulista, no momento de sua entrega.

A remoção só poderá ser autorizada após a elaboração do "Auto de Vistoria para Remoção".

Na chegada ao pátio destino, antes do recebimento do bem para depósito e guarda, o representante do pátio receberá cópia do "Auto de Vistoria para Remoção", confrontando suas informações com as condições do bem que lhe for apresentado, repetindo a vistoria.

Constatadas eventuais divergências em relação à vistoria anteriormente realizada, a Contratada deverá:

- a. Comunicar o fiscal ou gestor do contrato, registrando a divergência, com data e hora, efetuando fotos das divergências relatadas para as devidas providências.
- a. Adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, antes, durante ou após o seu traslado;
- b. Verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo e pela própria contratada, quando da entrada ao pátio.
- c. Responsabilizar-se integralmente pelos danos a que, comprovadamente, tiver dado causa.

Com ou sem a constatação de divergências, o representante do pátio atestará, mediante recibo, que recebeu o bem apreendido e sua via do "Auto de Vistoria para Remoção".

Todos os veículos deverão ser removidos por guinchos apropriados, mesmo que estejam em condições de tráfego.

Será de responsabilidade exclusiva da Contratada quaisquer danos e avarias que ocorram nos bens removidos, do momento da remoção até a sua colocação no devido local do depósito.

#### **4.6. Práticas de Sustentabilidade e Especificações Técnicas**

Na execução do contrato, a empresa contratada deverá atender aos ditames da Resolução CONTRAN nº 735, de 05 de junho de 2018, além de observar práticas de sustentabilidade abaixo relacionadas:

- Frota com baixa emissão de poluentes.
- Garantia de que os veículos contratados estejam em conformidade com as normas de emissão de poluentes, mediante manutenções preventivas regulares.
- Prática de Gestão de resíduos, de modo a assegurar o descarte correto de resíduos gerados durante a prestação do serviço, como óleos e outros materiais automotivos.
- Rastreabilidade e otimização de rotas, possuindo sistemas de rastreamento que reduzam o consumo de combustível por meio de rotas mais eficientes.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **5. Levantamento de Mercado**

Considerando a necessidade da Administração, consistente na transferência de veículos e outros tracionados para depósito e guarda no pátio contratado, a análise de mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que a atividade que se visa contratar é de caráter acessório e não faz parte do rol de atividades inerentes à Polícia Civil de São Paulo, sendo, portanto, necessariamente, objeto de execução indireta por parte de empresas especializadas no ramo.

Importante consignar que a prefeitura do município de São Paulo foi questionada sobre a possibilidade de celebração de convênios para prestação dos aludidos serviços, nos termos da Resolução SSP-44/2011, todavia apresentou resposta negativa.

Ato seguinte, foram realizadas pesquisas visando verificar a solução dada por outras UASGs visando a remoção do acervo de veículos para outro endereço, constatou-se que inexistiram outras alternativas viáveis, a não ser a contratação de empresa especializada para execução de tal finalidade, mediante regular processo licitatório.

Pelo exposto, esta justifica-se como sendo a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

Definida essa linha de atuação, foram realizadas pesquisas junto a outras UASGs, quanto ao prazo de contratação realizado, verificando-se que a prática de muitas unidades tem sido a realização de contratações com prazo em torno de 15 (quinze) meses, o que demonstra a razoabilidade e a adequação desse período para assegurar a execução regular dos serviços.

Com efeito, a definição desse prazo possibilitará à Administração a avaliação da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pela futura contratada, permitindo a aferição da capacidade técnica, operacional e de gestão, sem comprometer a continuidade da execução contratual. Ao mesmo tempo, evita a vinculação da Administração a um período demasiadamente longo, o que poderia dificultar a correção de eventuais falhas detectadas.

Cumprir destacar que o prazo de 15 meses também se mostra compatível com o princípio da economia de escala, uma vez que, além de evitar contratações fragmentadas ou demasiadamente curtas, garante tempo hábil e razoável para que a empresa organize sua estrutura de forma eficiente, assegurando custos equilibrados para a Administração.

Dessa forma, a contratação por 15 meses concilia a necessidade de economicidade com a de flexibilidade administrativa, permitindo posterior reavaliação do modelo adotado. Ressalta-se que, a fixação de prazos contratuais excessivamente longos não garante, por si só, ganhos adicionais à Administração e pode, ao contrário, representar riscos de ineficiência ou de manutenção de serviços insatisfatórios por período prolongado, em detrimento do interesse público.

Portanto, o prazo de 15 meses revela-se razoável e proporcional, atendendo ao interesse público e assegurando condições adequadas para a futura tomada de decisão acerca da continuidade ou readequação do contrato.

A seguir, passou-se ao levantamento de preços, a fim de construir o valor de referência do serviço a ser contratado.

Os levantamentos realizados orientaram a obtenção do valor referencial, retratado em planilha orçamentária encartada neste estudo, em atenção às orientações da Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública e normativos alusivos ao tema.

Em relação aos preços, novamente realizou-se consulta no Sistema de Terceirizados, porém constatou-se a inexistência de registros com semelhança suficiente a amparar a pesquisa, oferecendo preço referencial para a contratação pretendida. Isto porque, não é possível verificar os preços praticados no mercado, considerando a distância e percurso semelhante ao objeto deste procedimento, e tampouco os quantitativos aproximados, razão pela qual os dados da plataforma em questão não foram adotados.

Ante as circunstâncias acima retratadas, a consulta que se mostrou viável e adequada foi a pesquisa direta, com a obtenção de orçamentos com três empresas especializadas do ramo, considerando as circunstâncias e condições deste procedimento, incluindo-se os quantitativos e valores unitários e totais. Com a vinda de tais orçamentos, apurou-se a média de preços, o que foi levado a efeito e devidamente documentado, além de retratado em planilha subscrita pelo servidor responsável.

## **DOS ATOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS**

Por óbvio, além da legislação pertinente ao Trabalho (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT) e a Licitações (Lei nº 14.133 /2021), outros atos normativos foram pesquisados e são de suma importância, na delimitação, considerações e análises aqui feitas:

- Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
- Decreto Estadual 67.985/2023 (BENS DE LUXO);
- Decreto Estadual 47.297/2022 (COMPETÊNCIA PARA DEFLAGRAR A LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR)
- Decreto Estadual 68.220/2020 (COMISSÃO DE LICITAÇÃO);
- Decreto Estadual 67.689/2023 (DFD);
- Decreto Estadual 68.017/2023 (ETP);
- Decreto Estadual 68.185/2023 (TR);
- Decreto Estadual 68.021/2023 (CATÁLOGO ELETRÔNICO);
- Decreto Estadual 67.888/2023 (VALOR ESTIMADO DE PREÇOS);

- Decreto Estadual 67.608/2023 (REAJUSTE);
- Lei nº 18.078/2025 (LOA PAULISTA 2025);
- Lei federal nº 12.305/2010 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Resolução CONAMA 362/2005 (dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado);
- Resolução do CONAMA 416/2009 (dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências);
- a IN 01/2010 da SLTI-MPOG;
- Resolução CONAMA 020/1994 ( equipamentos de limpeza);
- Resolução CONAMA 401/2008;

Resolução CONTRAN nº 735, de 05 de junho de 2018

Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) – Lei Estadual nº 13.798/2009

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6. Descrição da solução como um todo

Conforme explicitado anteriormente, o objeto pretendido a ser licitado será a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para remoção de veículos e peças, por meio de guinchamento, devendo a contratada zelar pela adequada cautela do bem até sua destinação final.

Assim, a solução mais adequada para atendimento à demanda em comento é a contratação de empresa especializada para a realização de atividade especificada no item 4, para prestação de serviços de forma continuada, sem mão de obra com dedicação exclusiva.

Isto deverá ser feito através de Pregão Eletrônico, conforme prática do órgão e da Administração, onde a proposta vencedora será aquela de menor valor, desde que atendidos os limites dos valores máximos admissíveis para o serviço, de forma a onerar o menos possível o erário público.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A prestação de serviços de remoção contemplará remoções ordinárias, assim consideradas as remoções dos veículos ou peças acauteladas nos pátios das unidades subordinadas, bem como aquelas que vierem a ser objeto de apreensões efetivadas no curso do procedimento licitatório e após a assinatura do contrato e a expedição da respectiva ordem de início de execução dos serviços.

A estimativa de remoções nos 15 (quinze meses) de contratação segue discriminada no quadro abaixo:

| ITEM | TIPO   | Quantidade Mensal | Quantidade para 15 meses |
|------|--|-------------------|--------------------------|
| I    | Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes)   | 42,8              | 642                      |
| II   | Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações | 3,5               | 53                       |
| III  | Motocicletas   | 42,9              | 644                      |
| IV   | Motores e peças  | 18,9              | 284                      |

As quantidades apontadas são estimativas e poderão ser readequadas para atender as demandas da Contratante.

Para definição da estimativa foram consideradas informações de remoções mensais efetuadas prestadas pelas unidades policiais subordinadas à 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor Estimado: R\$ 648.623,40

Para se obter o valor estimado para os itens que compõem o objeto pretendido, foi realizada pesquisa de preços em conformidade ao Decreto Estadual 67.888/2023, que norteia e dispõe acerca do procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta e autárquica, comparando os preços de contratações similares, conforme orçamentos obtidos, em busca do preço médio estimado que seja contemporâneo e exequível para os licitantes em potencial.

O memorial de cálculo inerente à pesquisa de preços está disposto na planilha orçamentária de preços e as memórias de cálculo que lhe dão suporte estão anexados ao expediente a este ETP, para possibilitar a licitação pretendida. A planilha foi elaborada em conformidade ao Decreto Estadual 67.888/2023 (Pesquisa de Preços), em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto dessa contratação, sendo contemporâneos e exequíveis os valores orçados, conforme demonstrado na planilha abaixo:

| ITEM | TIPO   | Quantidade Mensal | Quantidade para 15 meses | Valor estimado unitário | Valor estimado para 15 meses |
|------|--|-------------------|--------------------------|-------------------------|------------------------------|
| I    | Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes)   | 42,8              | 642                      | R\$ 500,00              | R\$ 321.000,00               |
| II   | Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações | 3,5               | 53                       | R\$ 1.116,67            | R\$ 59.183,33                |
| III  | Motocicletas   | 42,9              | 644                      | R\$ 343,33              | R\$ 221.106,67               |
| IV   | Motores e peças  | 18,9              | 284                      | R\$ 166,67              | R\$ 47.333,33                |
|      | ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO (15 MESES)   |                   |                          |                         | R\$ 648.623,40               |

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de remoção de veículos e outros tracionados, mediante guinchamento, de forma contínua.

Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade, desde que não acarrete prejuízo para a execução do contrato ou para o conjunto do objeto.

No presente caso, o parcelamento da contratação não se revela adequado, eis que o serviço de remoção demanda integração logística única, de forma que a divisão entre diferentes contratados poderia comprometer a eficiência e a coordenação da execução.

A execução por único contratado possibilita uniformidade nos procedimentos, bem como maior facilidade na fiscalização contratual, reduzindo riscos de descumprimento de prazos, divergências de responsabilidade e dificuldade de rastreamento das ocorrências.



Ademais, a divisão do objeto poderia implicar aumento de custos administrativos e operacionais, seja pela necessidade de múltiplos contratos, seja pela perda de economia de escala que se obtém na contratação de um único prestador apto a atender todas as modalidades de remoção.

Dessa forma, considerando a necessidade de assegurar eficiência, economicidade, padronização de procedimentos e continuidade dos serviços, conclui-se que o parcelamento do objeto não é técnica nem economicamente viável, justificando-se a contratação por lote único, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

### **Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Em 29/04/2025 foi firmado contrato nº 03/2025, com a empresa Guarda de Veículos JDN Ltda, para guarda e depósito de veículos automotores apreendidos no âmbito das atividades de polícia judiciária desenvolvidas pelas unidades subordinadas a esta Seccional. Referido contrato é oriundo de processo licitatório autônomo, antecedente, porém correlato ao presente.

Os serviços de remoção regular de veículos apreendidos nas unidades da 8ª Seccional, mediante guinchamento, complementam a atividade de depósito e guarda e serão regidos por contrato diverso.

Não há necessidade de outras contratações correlatas para a execução do objeto da contratação ora almejada.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

### **Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação pleiteada encontra esteio nas previsões orçamentárias propostas pela Delegacia Geral por meio do POS - Proposta Orçamentária Setorial, refletido na LOA para o ano de 2025 (Lei nº 18.078, de 13/01/2025), levando-se em conta a imprescindibilidade das contratações de serviços contínuos e contratações correlatas, como no presente caso.

De igual forma, há previsão para a presente contratação no Plano de Contratação Anual – PCA de 2025.

## **12. Resultados Pretendidos**

### **Resultados Pretendidos**

#### **DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA:**

A contratação em tela visa complementar o serviço de guarda e depósito de veículos, garantindo a transferência dos veículos e peças apreendidos para o local adequado.

A medida promoverá desoneração de servidores na incumbência de realizar por meios próprios a transferência dos bens apreendidos, abrindo campo para uma atuação mais direta e efetiva em suas atividades finalísticas.

Alguns dos resultados esperados, no tocante a economicidade e eficiência, são:

- A regularização do depósito e guarda dos veículos apreendidos que estão sob a tutela do Estado, em consonância com o contrato de prestação de serviços vigente;
- A desocupação do pátios das unidades subordinadas, as quais manterão espaço adequado para atendimento à população.

- melhor atendimento das demandas de serviços através de colaboradores capacitados para tal;
- fomento da economia e mercado de trabalho local, abrindo vagas e oportunidades às empresas do ramo nos diversos locais de prestação de serviços.

## DO APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Alguns dos resultados esperados, em relação a recursos humanos, são:

- adequação do quadro de servidores do órgão às suas atividades precípuas, nas atividades investigativas inerentes à Polícia Judiciária;
- não desvio de funções de servidores para atividade de depósito, guarda e remoção, potencializando os resultados da atividade-fim desta 8ª Seccional;
- melhor atendimento das demandas de serviços através de colaboradores capacitados para tal.

## 13. Providências a serem Adotadas

### Providências a serem Adotadas

O pátio JDN disponibilizará acesso ao(s) caminhão(ões) reboque, bem como espaço físico condizente aos recursos humanos e materiais necessários para a consecução da atividade contratada.

Não há necessidade de adequação do ambiente físico de trabalho do órgão até o presente momento.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### Possíveis Impactos Ambientais

Deverá ser previsto na fase interna do processo licitatório, em campo próprio, itens de sustentabilidade de forma a ficar claro para os interessados os quesitos indispensáveis e necessários à boa execução contratual, tendo em vista a sustentabilidade das atividades contratadas.

Acrescente-se que os recursos materiais disponibilizados pela contratante deverão estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações legais atinentes à matéria, bem como possuir licenças necessárias para o exercício da atividade em questão.

A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os dados e argumentos lançados neste ETP demonstram que a contratação em questão é viável e necessária, eis que os benefícios a serem alcançados superam os custos. Ademais, os parâmetros definidos neste ETP direcionam para uma contratação eficiente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL**

delegada de polícia



*Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 18:58:44.*

**VALTER SERGIO DE ABREU**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 16:14:37.*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**8ª SECCIONAL DE POLÍCIA - DECAP**

(Processo Administrativo nº 058.00038370/2024-01)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2025,  
CELEBRADO ENTRE A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA 8ª  
SECCIONAL DE POLÍCIA-DECAP E GUARDA DE  
VEÍCULOS JDN LTDA.

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública através da 8ª Seccional de Polícia, com sede na Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, nº 720, bairro Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548.0090-61, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Seccional Valter Sergio de Abreu, nomeado pela Portaria/Decap nº 119, de 06 de janeiro de 2023, publicado(a) no DOE de 07 de janeiro de 2023, portador da identificação funcional nº 3615935/02, inscrito no CPF sob o nº 035.924.838-11, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e Guarda de Veículos JDN Ltda, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.963.881/0001-74, sediado(a) na Rod MG 220 KM 184, Andrequice, Três Marias, Minas Gerais, CEP 39205-000, doravante designada CONTRATADO, neste ato representado por Neuza A. da Silveira, inscrita no CPF 754.938.536-04, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00038370/2024-01 e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de guarda e depósito de veículos, peças e outros tracionados apreendidos pelas unidades subordinadas à 8ª Seccional de Polícia do DECAP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

*Neuza A. da Silveira*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL      |
|------|---|--------|-------------------|------------------|----------------|------------------|
| 1    | Guarda e Depósito de Veículos Automotores, peças e outros tracionados | 17167  | m2                | 29.153,19        | R\$ 59.764,04  | R\$ 1.792.921,20 |

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços (que se dará em até 90 dias), prorrogável por, igual ou inferior período a critério do contratante, até o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.2.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: uga.soc08@policiacivil.sp.gov.br

Neuza A. da Silva





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

continuada;

b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c. Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.2.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.2.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.2.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [ude.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:ude.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

Neuza A. da Silva



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 59.764, 04 (cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.792.921,20 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e vinte e um reais e vinte centavos) para o período de 30 (trinta) meses.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, tome-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

*Neuza A. da Silva*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 07/03/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Os preços a que se refere o caput serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

IPC

$$R = P_0 \cdot \left[ \left( \frac{IPC}{IPC_0} \right) - 1 \right]$$

IPC<sub>0</sub>

Onde:

- R = parcela de reajuste;
- P<sub>0</sub> = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;
- IPC/IPC<sub>0</sub> = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uqe.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uqe.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

Neuza A. da Silveira



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

7.5. Nas aferições finais, o(s) Índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) Índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao Índice substituto, as partes elegerão novo Índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a

*Neuza A. da Silva*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

*Neuza A. da Silveira*

*9/1*





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II e Lei nº 14.133, de 2021) prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e /ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação

*Neuza A. da Silveira*

*[Handwritten signature]*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP – CEP-03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge\\_sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge_sec08@policiacivil.sp.gov.br)

Neusa A. da Silveira



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha

*Neuza A. da Silveira*

*[Assinatura]*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro garantia, no valor de R\$ 35.858,42 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

*Neuza A. da Silva*





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Avenida Arquiteto Vilenova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP – CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

Neuza A. da Silveira





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

Neuza A. da Silva



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV. Multa:** Calculada na conformidade abaixo:

1. Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

*Neuza A. da Silveira*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

3. Multa Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do item 12.1., de 20% a 30% do valor do Contrato.

4. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do item 12.1., de 25% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do item 12.1., a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do item 12.1., a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do item 12.1., a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

*Neuza A. da Silva*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

d)- os danos que dela provierem para o Contratante;

e)- implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1 O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133,

*Neuza A. da Silveira*

*[Assinatura]*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei n.º 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 180361
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 06181180149890000
- IV. Elemento de Despesa: 33903999
- V. Plano Interno: 000.000.0100
- VI. Nota de Empenho: 2025NE00058

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [ugg.ssc08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:ugg.ssc08@policiacivil.sp.gov.br)

Neuza A. da Silveira





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício (s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021)

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [ugg.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:ugg.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

*Neuza A. da Silveira*

*[Assinatura]*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

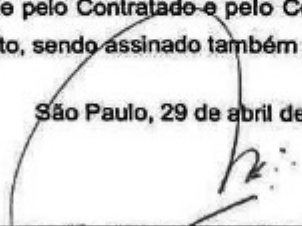
17.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

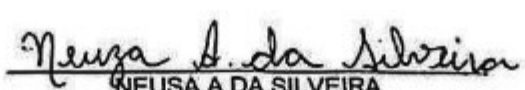
#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

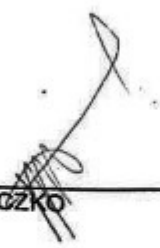
E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

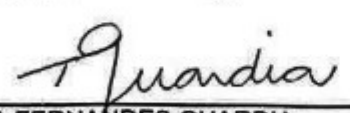
São Paulo, 29 de abril de 2025.

  
VALTER SÉRGIO DE ABREU  
Representante legal do CONTRATANTE

  
NEUSA A DA SILVEIRA  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

  
PAULO ANDRÉ WIELICZKO  
RG 22.568.379

  
TATIANA FERNANDES GUARDIA  
RG 27.604.916

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720 – Conjunto Teotônio Vilela – São Paulo – SP - CEP 03928-240  
Tel.: (11) 2702-5619/2704-0011 – e-mail: [uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br](mailto:uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br)

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

| Número da Pesquisa | UASG   | Status    | Editado por                       |
|--------------------|--------|-----------|-----------------------------------|
| 35/2025            | 180361 | Concluída | RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL |

**Título:** Prestação de serviços de remoção/guinchamento de veículos automotores e etc.

**Observações:** Prestação de serviços de remoção de veículos automotores outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados.

**Total de itens cotados:** 1                      **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 538.512.5000

### Itens cotados

Item: 1

| Descrição do item                      |              | Unidade de Fornecimento | Quantidade                          |
|--|--------------|-------------------------|-------------------------------------|
| 16160 - Guincho / reboque              |              | UNIDADE                 | 3215                                |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b> |              |                         |                                     |
| Menor Preço                            | Média        | ● Mediana               | Coefficiente de Variação: 189,3372% |
| R\$ 2,0000                             | R\$ 360,2476 | R\$ 167,5000            | Desvio Padrão: 682,0827             |
| Método de cálculo adotado: Mediana     |              |                         | Maior Preço: R\$ 4.250,0000         |

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome  | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|---|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  | I      | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br        | 240        | UNIDADE | R\$ 150,0000   | 02/09/2025 | Sim    |
| 2  | I      | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br        | 600        | UNIDADE | R\$ 207,0000   | 02/09/2025 | Sim    |
| 3  | I      | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br        | 48         | UNIDADE | R\$ 312,2500   | 02/09/2025 | Sim    |
| 4  | I      | ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br        | 1080       | UNIDADE | R\$ 228,0000   | 02/09/2025 | Sim    |
| i5 | I      | ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br | 4          | UNIDADE | R\$ 4.250,0000 | 01/09/2025 | Sim    |
| i6 | I      | ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br | 1          | UNIDADE | R\$ 2.500,0000 | 01/09/2025 | Sim    |
| i7 | I      | ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br | 1          | UNIDADE | R\$ 500,0000   | 31/08/2025 | Sim    |
| i8 | I      | ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br | 1          | UNIDADE | R\$ 550,0000   | 31/08/2025 | Sim    |
| i9 | I      | ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br | 1          | UNIDADE | R\$ 1.350,0000 | 27/08/2025 | Sim    |

|     |   |   |               |              |            |     |
|-----|---|---|---------------|--------------|------------|-----|
| 110 | I | ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO<br>PENITENCIARIA - Compras.gov.br        | 1 UNIDADE     | R\$ 400.0000 | 26/08/2025 | Sim |
| 11  | I | PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA<br>SAÚDE - Compras.gov.br              | 1 UNIDADE     | R\$ 470.0000 | 22/08/2025 | Sim |
| 12  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 1720 UNIDADE  | R\$ 2,8900   | 21/08/2025 | Sim |
| 13  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 52 UNIDADE    | R\$ 82,1500  | 21/08/2025 | Sim |
| 14  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 82 UNIDADE    | R\$ 544,6500 | 21/08/2025 | Sim |
| 15  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 58 UNIDADE    | R\$ 284,1500 | 21/08/2025 | Sim |
| 16  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 32 UNIDADE    | R\$ 127,5000 | 21/08/2025 | Sim |
| 17  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 15100 UNIDADE | R\$ 2,4600   | 21/08/2025 | Sim |
| 18  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 32 UNIDADE    | R\$ 78,0000  | 21/08/2025 | Sim |
| 19  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 132 UNIDADE   | R\$ 459,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 20  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 662 UNIDADE   | R\$ 198,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 21  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 716 UNIDADE   | R\$ 106,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 22  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 4580 UNIDADE  | R\$ 3,0300   | 21/08/2025 | Sim |
| 23  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 40 UNIDADE    | R\$ 82,1500  | 21/08/2025 | Sim |
| 24  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 88 UNIDADE    | R\$ 530,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 25  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 166 UNIDADE   | R\$ 280,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 26  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 204 UNIDADE   | R\$ 130,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 27  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 5480 UNIDADE  | R\$ 2,4000   | 21/08/2025 | Sim |
| 28  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 28 UNIDADE    | R\$ 45,0000  | 21/08/2025 | Sim |
| 29  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 212 UNIDADE   | R\$ 370,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 30  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 214 UNIDADE   | R\$ 185,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 31  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 122 UNIDADE   | R\$ 65,0000  | 21/08/2025 | Sim |
| 32  | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.           | 9160 UNIDADE  | R\$ 2,2400   | 21/08/2025 | Sim |

|    |   |   |              |              |            |     |
|----|---|---|--------------|--------------|------------|-----|
|    |   | gov.br  |              |              |            |     |
| 33 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 68 UNIDADE   | R\$ 73,9700  | 21/08/2025 | Sim |
| 34 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 726 UNIDADE  | R\$ 490,1800 | 21/08/2025 | Sim |
| 35 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 134 UNIDADE  | R\$ 255,7300 | 21/08/2025 | Sim |
| 36 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 56 UNIDADE   | R\$ 114,7500 | 21/08/2025 | Sim |
| 37 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 7320 UNIDADE | R\$ 2,0000   | 21/08/2025 | Sim |
| 38 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 108 UNIDADE  | R\$ 80,0000  | 21/08/2025 | Sim |
| 39 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 430 UNIDADE  | R\$ 351,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 40 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 236 UNIDADE  | R\$ 150,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 41 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 66 UNIDADE   | R\$ 90,0000  | 21/08/2025 | Sim |
| 42 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 3360 UNIDADE | R\$ 2,4900   | 21/08/2025 | Sim |
| 43 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 48 UNIDADE   | R\$ 80,0000  | 21/08/2025 | Sim |
| 44 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 148 UNIDADE  | R\$ 540,0000 | 21/08/2025 | Sim |
| 45 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 108 UNIDADE  | R\$ 253,5700 | 21/08/2025 | Sim |
| 46 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 80 UNIDADE   | R\$ 127,5000 | 21/08/2025 | Sim |
| 47 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 920 UNIDADE  | R\$ 2,4600   | 21/08/2025 | Sim |
| 48 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 88 UNIDADE   | R\$ 81,3600  | 21/08/2025 | Sim |
| 49 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 22 UNIDADE   | R\$ 539,2000 | 21/08/2025 | Sim |
| 50 | I | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.<br>gov.br | 48 UNIDADE   | R\$ 281,3000 | 21/08/2025 | Sim |

**Legenda:**

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

İ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 03/09/2025 15:03

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de



valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pela 8ª CERCO.

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|--|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 2  | 20  | 18   | 3                          | 2                        | 1  | 10   |
| Veículos pesados | 0  | 3   | 3  | 1                          | 1                        | 1  | 2,5  |
| Motocicletas     | 0  | 1   | 1  | 1                          | 1                        | 1  | 10   |
| Motores e peças  | 13   | 13  | 0  | 1                          | 1                        | 1  | 20   |
| Total            | 15   | 37  | 22   | 6                          | 5                        | 4  | 42,5                                       |

São Paulo, 03 de julho de 2025.

Guilherme Leonel Santos  
Delegado de Polícia

Katarina Freitas Reis  
Escrivã de Polícia Encarregada


**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 41º Distrito Policial.

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 31   | 59  | 34  | 9                          | 4                        | 5  | 75   |
| Veículos pesados | 2  | 3   | 3   | 3                          | 1                        | 2  | 30   |
| Motocicletas     | 57   | 48  | 26  | 12                         | 6                        | 6  | 90   |
| Motores e peças  | 1  | 1   | 0   | 1                          | 0                        | 1  | 15   |
| Total            | 91   | 111   | 63  | 25                         | 11                       | 14   | 210  |

São Paulo, 04 de julho de 2025.

  
**Alberto Garcia dos Santos**  
Delegado de Polícia Titular


  
**Carlos Alberto Freitas de Sá**  
Escrivão de Polícia Chefe

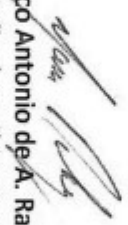
**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 44º DP Guaianases.

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 35   | 148   | 113   | 5,1                        | 3,89                     | 1,5  | 76,5                                       |
| Veículos pesados | 0  | 0   | 0   | 0                          | 0                        | 0  | 0  |
| Motocicletas     | 38   | 95  | 57  | 3,27                       | 1,96                     | 1,5  | 49   |
| Motores e peças  | 130  | 130   | 0   | 4,48                       | 0                        | 4,5  | 67   |
| Total            | 203  | 373   | 170   | 12,85                      | 5,85                     | 7,5  | 192,5                                      |

São Paulo, 04 de julho de 2025.

  
José Francisco Rodrigues Filho  
Delegado de Polícia Titular

  
Marco Antonio de A. Rahy  
Escrivão de Polícia Chefe

**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 49º Distrito Policial

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 110  | 456   | 226   | 16                         | 8                        | 8  | 120  |
| Veículos pesados | 0  | 10  | 6   | 1                          | 1                        | 0  | 0  |
| Motocicletas     | 123  | 386   | 162   | 14                         | 6                        | 8  | 120  |
| Motores e peças  | 850  | 360   | 60  | 12                         | 2                        | 10   | 150  |
| Total            | 1083   | 1212  | 454   | 43                         | 17                       | 26   | 390  |

São Paulo, 07 de julho de 2025.

  
Evandro L. de M Lemos  
Delegado de Polícia Titular

  
Jose Rogério de Souza  
Escrivão de Polícia Chefe



## ESTIMATIVA DE REMOÇÕES

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 53º DP

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 63   | 416   | 145   | 7                          | 4                        | 3  | 45   |
| Veículos pesados | 1  | 3   | 3   | 1                          | 1                        | 1  | 15   |
| Motocicletas     | 41   | 261   | 84  | 6                          | 4                        | 2  | 30   |
| Motores e peças  | 8  | 12  | 4   | 0                          | 0                        | 0  | 0  |
| Total            | 113  | 692   | 236   | 14                         | 9                        | 5  | 75   |

São Paulo, 04 de julho de 2025.

Fernando José Gregoraci  
Delegado de Polícia Titular

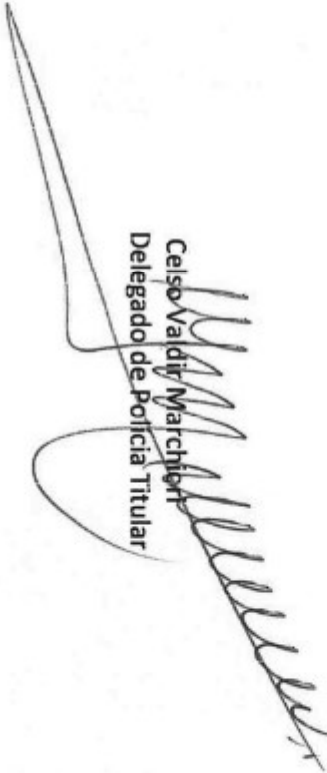
Carolina Spangler  
Escrivã de Polícia Chefe

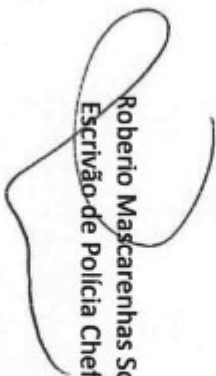
**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 54º DP

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 78   | 522   | 504   | 18                         | 17                       | 4  | 60   |
| Veículos pesados | 0  | 0   | 0   |                            |                          |  |  |
| Motocicletas     | 31   | 190   | 178   | 7                          | 5                        | 3  | 45   |
| Motores e peças  | 7  | 30  | 9   | 1                          |                          |  |  |
| Total            | 116  | 734   | 691   | 26                         | 21                       | 5  | 105  |

São Paulo, 04 de julho de 2025.

  
Celso Valdir Marchion  
Delegado de Polícia Titular

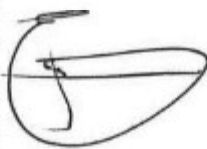
  
Roberto Mascarenhas Souza  
Escrivão de Polícia Chefe

**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

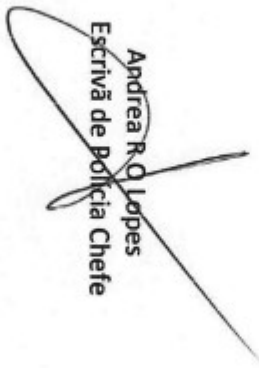
As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 55º DP – Parque São Rafael

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 43   | 1508  | 1435  | 52                         | 49,5                     | 4  | 60   |
| Veículos pesados | 0  | 19  | 19  | 0,05                       | 0,05                     | 1  | 2,5  |
| Motocicletas     | 25   | 290   | 225   | 10                         | 7,5                      | 4  | 60   |
| Motores e peças  | 0  | 10  | 10  | 0                          | 0                        | 1  | 7,5  |
| Total            | 68   | 1827  | 1689  | 62,05                      | 57,05                    | 10   | 130  |

São Paulo, 04 de julho de 2025.



Luiz Carlos Uzelein  
Delegado de Polícia Titular



Andrea R.O. Lopes  
Escrivã de Polícia Chefe

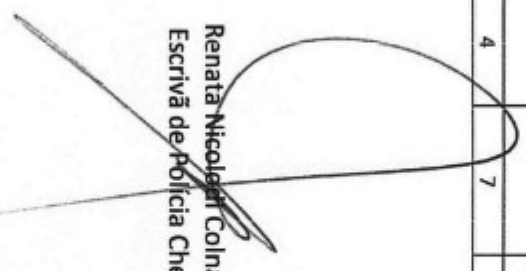
**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 66º DP

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 55   | 85  | 57  | 3                          | 2                        | 3  | 45   |
| Veículos pesados |  |   |   |                            |                          |  |  |
| Motocicletas     | 48   | 95  | 59  | 3                          | 2                        | 4  | 45   |
| Motores e peças  |  |   |   |                            |                          |  |  |
| Total            | 103  | 180   | 116   | 6                          | 4                        | 7  | 90   |

São Paulo, 03 de julho de 2025.

  
Aparecida de Oliveira Pacheco  
Delegado de Polícia Titular


  
Renata Nicolini Colnago  
Escrivã de Polícia Chefe


**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 69º DP

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 40   | 261   | 122   | 9                          | 4                        | 5  | 75   |
| Veículos pesados | 2  | 11  | 5   | 0,37                       | 0,17                     | 0,2  | 3  |
| Motocicletas     | 55   | 304   | 113   | 10                         | 3                        | 7  | 105  |
| Motores e peças  | 48   | 48  | 0   | 1,65                       | 0                        | 1,65                                       | 24,5                                       |
| Total            | 145  | 624   | 240   | 21                         | 7                        | 14   | 207,5                                      |

São Paulo, 04 de julho de 2025.

  
Luiz Cláudio Ferretti  
Delegado de Polícia Titular

  
Edson de Santana Junior  
Escrivão de Polícia Chefe

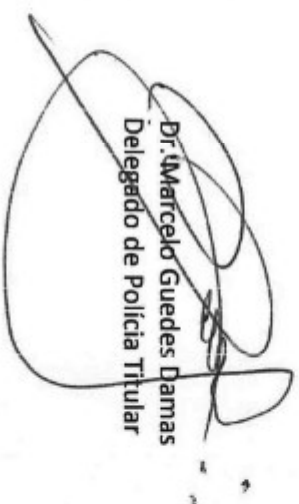


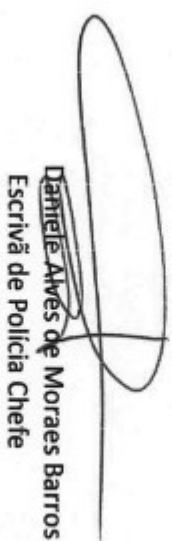
**ESTIMATIVA DE REMOÇÕES**

As informações abaixo consignadas referem-se às apreensões de veículos realizadas pelo 70º Distrito Policial

| TIPO             | TOTAL DE VEÍCULOS ATUALMENTE CUSTODIADOS NO PÁTIO DA DELEGACIA | TOTAL DE APREENSÕES DE VEÍCULOS NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | TOTAL DE VEÍCULOS ENTREGUES NO PERÍODO DE JAN/2023 A MAI/2025 | MÉDIA MENSAL DE APREENSÕES | MÉDIA MENSAL DE ENTREGAS | MÉDIA MENSAL DE VEÍCULOS A SEREM REMOVIDOS | ESTIMATIVA TOTAL DE REMOÇÕES PARA 15 MESES |
|------------------|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Veículos leves   | 63   | 17  | 35  | 2                          | 1                        | 5  | 75   |
| Veículos pesados | 0  | 0   | 0   | 0                          | 0                        | 0  | 0  |
| Motocicletas     | 68   | 10  | 69  | 2                          | 1                        | 6  | 90   |
| Motores e peças  | 8  | 4   | 2   | 0                          | 0                        | 0  | 0  |
| Total            | 139  | 31  | 106   | 4                          | 2                        | 11   | 165  |

São Paulo, 30 de junho de 2025.

  
Dr. Marcelo Guedes Damas  
Delegado de Polícia Titular


  
Danielle Alves de Moraes Barros  
Escrivã de Polícia Chefe



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria da Segurança Pública  
Polícia Civil do Estado de São Paulo  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REMOÇÃO DE VEÍCULOS E PEÇAS APREENDIDOS (15 MESES)

| DESCRIÇÃO  | TIPO            | Estimativa<br>15 meses | VERSATTI        |                | RAZI MOTORS  |                | PARTS LUB      |                |
|--|-----------------|------------------------|-----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
|  |                 |                        | Vr. unitário    | Vr. Total      | Vr. unitário | Vr. Total      | Vr. unitário   | Vr. Total      |
| Prestação de serviços de remoção de veículos automotores e peças, tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência de prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados. | Leve            | 642                    | R\$ 495,00      | R\$ 317.790,00 | R\$ 500,00   | R\$ 321.000,00 | R\$ 505,00     | R\$ 324.210,00 |
|  | Pesado          | 53                     | R\$ 1.100,00    | R\$ 58.300,00  | R\$ 1.150,00 | R\$ 60.950,00  | R\$ 1.100,00   | R\$ 58.300,00  |
|  | Motocicleta     | 644                    | R\$ 340,00      | R\$ 218.960,00 | R\$ 340,00   | R\$ 218.960,00 | R\$ 350,00     | R\$ 225.400,00 |
|  | Motores e Peças | 284                    | R\$ 180,00      | R\$ 51.120,00  | R\$ 170,00   | R\$ 48.280,00  | R\$ 150,00     | R\$ 42.600,00  |
|  | TOTAL:          |                        |                 | R\$ 646.170,00 |              | R\$ 649.190,00 |                | R\$ 650.510,00 |
| PREÇO REFERENCIAL ESTIMADO   |                 |                        |                 |                |              |                |                |                |
|  |                 |                        | Tipo            |                | Qtde         | Unitário       | Total          |                |
|  |                 |                        | Leve            |                | 642          | R\$ 500,00     | R\$ 321.000,00 |                |
|  |                 |                        | Pesado          |                | 53           | R\$ 1.116,67   | R\$ 59.183,33  |                |
|  |                 |                        | Motocicleta     |                | 644          | R\$ 343,33     | R\$ 221.106,67 |                |
|  |                 |                        | Motores e Peças |                | 284          | R\$ 166,67     | R\$ 47.333,33  |                |
|  |                 |                        |                 |                |              |                | R\$ 648.623,40 |                |
| Estimativa Total da Contratação (15 meses)   |                 |                        |                 |                |              |                |                |                |

  
Paulo André Wieliczko  
Escritório de Polícia



---

**Solicita Orçamento de Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:19

**Para** licitacoes@versattimotors.com.br <licitacoes@versattimotors.com.br>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619

VERSATTI SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA  
CNPJ: 23.562.938/0001-09  
Telefone: 11 97185-6312  
Endereço: Av. Henrique Gonçalves Baptista, 1907-1743  
Jardim Belval, Barueri - SP/06420-130



## PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

| Descrição  | Tipo                                       | Quantidade<br>(Estimativa<br>15 meses) | Valor Unitário | Valor Total    |
|--|--|--|----------------|----------------|
| Prestação de serviços de remoção de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados. | Leve                                       | 642                                    | R\$ 495,00     | R\$ 317.790,00 |
|  | Pesado                                     | 53                                     | R\$ 1100,00    | R\$ 58.300,00  |
|  | Motocicleta                                | 644                                    | R\$ 340,00     | R\$ 218.960,00 |
|  | Motores e Peças                            | 284                                    | R\$ 180,00     | R\$ 51.120,00  |
|  | ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO (15 MESES) |  |                | R\$ 646.170,00 |

São Paulo, 03 de MARÇO de 2026.

23.562.938/0001-09  
VERSATTI SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA  
AV. HENRIQUE GONÇALVES BAPTISTA, 1907 JARDIM BELVAL, CEP: 06420-130  
BARUERI-SP  
ARTHUR GUILHERME DOS REIS ARAGÃO



---

**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:14

**Para** rafael <projetosraziro2024@gmail.com>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Atenciosamente



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619





RAZI MOTORS CENTRO TÉCNICO DE REPARAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA  
CNPJ: 12.330.097/0001-80 I.E.: 147.366.155.111 CCM: 4.113.714-0  
Rua Plínio Dionísio de Freitas, 10-C, Jardim São Roberto, São Paulo - SP CEP 03978-780

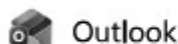
PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

| Descrição  | Tipo                                       | Quantidade<br>(Estimativa 15<br>meses) | Valor Unitário | Valor Total    |
|--|--|--|----------------|----------------|
| Prestação de serviços de remoção de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados. | Leve                                       | 642                                    | R\$ 500,00     | R\$ 321.000,00 |
|  | Pesado                                     | 53                                     | R\$ 1150,00    | R\$ 60.950,00  |
|  | Motocicleta                                | 644                                    | R\$ 340,00     | R\$ 218.960,00 |
|  | Motores e Peças                            | 284                                    | R\$ 170,00     | R\$ 48.280,00  |
|  | ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO (15 MESES) |  |                | R\$ 649.190,00 |

São Paulo, 03 de MARÇO de 2026.

RAFAEL DA SILVA OLIVEIRA

RAZI MOTORS CENTRO TÉCNICO DE REP. AUTOMOTIVA LTDA  
CNPJ 12.330.097/0001-80



---


**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:20

**Para** licitacao@partslub.com.br <licitacao@partslub.com.br>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619



PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

| Descrição  | Tipo                                       | Quantidade<br>(Estimativa<br>15 meses) | Valor Unitário | Valor Total    |
|--|--|--|----------------|----------------|
| Prestação de serviços de remoção de veículos automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados. | Leve                                       | 642                                    | R\$ 505,00     | R\$ 324.210,00 |
|  | Pesado                                     | 53                                     | R\$ 1100,00    | R\$ 58.300,00  |
|  | Motocicleta                                | 644                                    | R\$ 350,00     | R\$ 225.400,00 |
|  | Motores e Peças                            | 284                                    | R\$ 150,00     | R\$ 42.600,00  |
|  | ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO (15 MESES) |  |                | R\$ 650.510,00 |

Barueri, 03 de MARÇO de 2026.

  
Leandro de Abreu  
RG 34.353.863-5 e CPF 310.929.108-83  
Tel: (11) 99610-7676

19 116 488/0001-45  
PARTS LUB DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS  
O  
FIRELLI  
AV. HENRIQUE GONÇALVES BAPTISTA,  
237 - JARDIM BELVAL - BARUERI - SP  
CNPJ 04428-13004

Parts List



---

**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:50

**Para** TICO.8080@HOTMAIL.COM <TICO.8080@HOTMAIL.COM>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezada empresa LAS Transportes e Locações Ltda

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

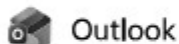
**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619





---

**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:47

**Para** lsservicosp@gmail.com <lsservicosp@gmail.com>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



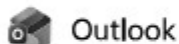
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL**  
**8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotonio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619



---

**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:32

**Para** CONTABILIDADE@ASSESSORIACONT.COM.BR <CONTABILIDADE@ASSESSORIACONT.COM.BR>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezado Pátio RCA

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL**  
**8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotonio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619



---

**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:28

**Para** raphael@patiogpservice.com.br <raphael@patiogpservice.com.br>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



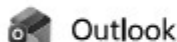
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL**  
**8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619



---

**Solicita Orçamento Remoção de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:26

**Para** contato@via80transportes.com.br <contato@via80transportes.com.br>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



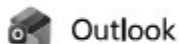
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL**  
**8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotonio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619



---

**Solicita Orçamento Remoções de Veículos - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

---

**De** DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

**Data** Sex, 20/02/2026 16:16

**Para** BC Remoções <remocoesbc@gmail.com>

 2 anexos (71 KB)

Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 30 meses.docx; Planilha de Proposta de Preços - Contratação para 15 meses.docx;

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a remoção de veículos, peças e outros bens tracionados apreendidos em decorrência de atos de polícia judiciária, os quais se encontram recolhidos nos pátios das delegacias subordinadas, tendo como destino o Pátio JDN, localizado no município de Nazaré Paulista/SP, na Estrada do Rio Acima, KM 25, CEP 12960-000, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a remoção dos seguintes quantitativos.

Ressalta-se que as propostas deverão ser encaminhadas em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente os modelos que seguem anexos, e apresentadas separadamente para os períodos de 15 (quinze) meses e de 30 (trinta) meses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

**UASG 180361 - FINANÇAS**

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,  
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Contrato 6/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG  | Editado por                       | Atualizado em            |
|--------------------|---|-----------------------------------|--------------------------|
| 6/2026             | 180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL | RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL | 10/03/2026 16:32 (v 0.3) |
| Status             | ASSINADO  |                                   |                          |

Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | 058.00080564/2025-82    |

1. Cláusula primeira - do objeto

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
8ª SECCIONAL DE POLÍCIA -DECAP

(Processo Administrativo nº 058.00080564/2025-82)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., CELEBRADO ENTRE A  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO , POR INTERMÉDIO DA 8ª  
SECCIONAL DE POLÍCIA -DECAP E .....

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública através da 8ª Seccional de Polícia, com sede na Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720, bairro Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548.0090-61, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Seccional ....., nomeado pela Portaria/Decap s/n, de ..... de ..... de 20.., publicado(a) no DOE de .. de ..... de 20.., portador da identificação funcional nº ....., inscrito no CPF sob o nº ....., no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00080564/2025-82 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ... /202X, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas,, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.



**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de contratação de serviços de remoção de veículo automotores e outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP, com a disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados, nos termos da Resolução CONTRAN Nº 735, de 05 de junho de 2018, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM                      | ESPECIFICAÇÃO    | CATSER                     | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL | QUANTIDADE TOTAL para 15 meses | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---------------------------|------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|----------------|-------------|
| 1                         | Veículo Leve     | 16160 (Código BEC 18677-5) | unidade           | 42,8              | 642                            | R\$            | R\$         |
| 2                         | Veículo Pesado   | 16160 (Código BEC 18678-3) | unidade           | 3,5               | 53                             | R\$            | R\$         |
| 3                         | Motocicleta      | 16160 (Código BEC 18679-1) | unidade           | 42,9              | 644                            | R\$            | R\$         |
| 4                         | Motores de peças | 16160 (Código BEC 25534-3) | unidade           | 18,9              | 284                            | R\$            | R\$         |
| VALOR TOTAL PARA 15 MESES |                  |                            |                   |                   |                                | R\$            |             |

1.3.O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4.O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

**2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação**

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 meses (quinze) meses contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a. ) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. ) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. ) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. ) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. ) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. Cláusula quarta - subcontratação**

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **5. Cláusula quinta - preço**

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ .....(.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

### **6. Cláusula sexta - pagamento**

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **7. Cláusula sétima - reajuste**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. Cláusula oitava - obrigações do contratante**

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. Cláusula nona - obrigações do contratado**

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.



9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.



## 10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

#### IV. Multa:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei n.º 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

## **14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 180361
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 06181180149890000
- IV. Elemento de Despesa: 339039-99
- V. Plano Interno: 000.000.0100
- VI. Nota de Empenho: XXXX

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

## **16. Cláusula décima sexta - alterações**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. Cláusula décima sétima - publicação

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

## 18. Cláusula décima oitava - foro

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **02 (duas) vias**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 17:20:34.*

**VALTER SERGIO DE ABREU**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 16:32:53.*



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

**1** - a falha escusável do licitante ou contratado;

**2**- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

**3**- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

**4** - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

**I** - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

**II** - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

**I** - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

**II** - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3** - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** – A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**

**II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**

**III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**

**IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

**CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

- I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;
- II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou



mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

- 1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.
- 2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

**1** - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

**2** - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

**1** - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

**2** - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**3** - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

#### **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

#### **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**I** - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

**II** - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**III** - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

#### ANEXO IV

#### MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

**Pregão nº 90002/2026**

**Processo SEI nº 058.00080564/2025-82**

| DESCRIÇÃO   | TIPO  | QUANTIDADE | VALOR DO ITEM<br>R\$ | VALOR TOTAL DO<br>ITEM<br>R\$ |
|---|---|------------|----------------------|-------------------------------|
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, PEÇAS E OUTROS TRACIONADOS, APREENDIDOS EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DE ATOS CARACTERÍSTICOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, NO ÂMBITO DA 8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA – DECAP, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE GUINCHOS E/OU OUTROS VEÍCULOS APROPRIADOS. | Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes)  | 642        |                      |                               |
|   | Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações. | 53         |                      |                               |
|   | Motocicletas  | 644        |                      |                               |
|   | Outros tracionados e peças (motores, caixas de câmbio, chassi de moto e outras peças/acessórios, etc.)  | 284        |                      |                               |
| VALOR TOTAL DO ÚNICO GRUPO:   |   |            | R\$ XXX.XXX,XX       |                               |

A validade da proposta é 60 (sessenta) dias e a data de sua apresentação será considerada a data de referência dos preços.

Data e Local

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante  
Nome da Empresa

**ANEXO V**  
**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**  
(elaborado pelo licitante)

**ANEXO V.1**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

**Pregão nº 9000X/2025**  
**Processo SEI nº 058.00080564/2025-82**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 9000X/2025, Processo SEI nº 058.00080564/2025-82, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

---

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)



**ANEXO V.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**

(elaborado pelo licitante)

**Pregão nº 9000X/2025**

**Processo SEI nº 058.00080564/2025-82**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 9000X/2025, Processo SEI nº 058.00080564/2025-82, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

---


(nome/assinatura/qualificação do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria da Segurança Pública  
Polícia Civil do Estado de São Paulo  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REMOÇÃO DE VEÍCULOS E PEÇAS APREENDIDOS (15 MESES)

| DESCRIÇÃO   | TIPO            | Estimativa<br>15 meses | VERSATTI        |                | RAZI MOTORS  |                | PARTS LUB      |                |
|---|-----------------|------------------------|-----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
|   |                 |                        | Vr. unitário    | Vr. Total      | Vr. unitário | Vr. Total      | Vr. unitário   | Vr. Total      |
|   |                 |                        |                 |                |              |                |                |                |
| Prestação de serviços de remoção de veículos apreendidos, outros tracionados, incluindo motores e peças, apreendidos em decorrência de prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com disponibilização de guinchos e/ou veículos apropriados. | Leve            | 642                    | R\$ 495,00      | R\$ 317.790,00 | R\$ 500,00   | R\$ 321.000,00 | R\$ 505,00     | R\$ 324.210,00 |
|   | Pesado          | 53                     | R\$ 1.100,00    | R\$ 58.300,00  | R\$ 1.150,00 | R\$ 60.950,00  | R\$ 1.100,00   | R\$ 58.300,00  |
|   | Motocicleta     | 644                    | R\$ 340,00      | R\$ 218.960,00 | R\$ 340,00   | R\$ 218.960,00 | R\$ 350,00     | R\$ 225.400,00 |
|   | Motores e Peças | 284                    | R\$ 180,00      | R\$ 51.120,00  | R\$ 170,00   | R\$ 48.280,00  | R\$ 150,00     | R\$ 42.600,00  |
|   | TOTAL:          |                        |                 | R\$ 646.170,00 |              | R\$ 649.190,00 |                | R\$ 650.510,00 |
| PREÇO REFERENCIAL ESTIMADO  |                 |                        |                 |                |              |                |                |                |
|   |                 |                        | Tipo            |                | Qtde         | Unitário       | Total          |                |
|   |                 |                        | Leve            |                | 642          | R\$ 500,00     | R\$ 321.000,00 |                |
|   |                 |                        | Pesado          |                | 53           | R\$ 1.116,67   | R\$ 59.183,33  |                |
|   |                 |                        | Motocicleta     |                | 644          | R\$ 343,33     | R\$ 221.106,67 |                |
|   |                 |                        | Motores e Peças |                | 284          | R\$ 166,67     | R\$ 47.333,33  |                |
|   |                 |                        |                 |                |              |                | R\$ 648.623,40 |                |
| Estimativa Total da Contratação (15 meses)  |                 |                        |                 |                |              |                |                |                |

  
Paulo André Wieliczko  
Escritório de Polícia



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

### AUTO DE VISTORIA PARA REMOÇÃO

#### CHECK LIST DO VEÍCULO

|  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
|--|-------------------------------------|-----------------------------|-----------|----------------------------|------------|--------------------|
| UNIDADE POLICIAL DA APREENSÃO:                                       | NÚMERO BO/ RDO/SPJ:                 | PÁTIO DESTINO:              |           |                            |            |                    |
| TIPO DE VEÍCULO:<br>( ) LEVE ( ) PESADO ( ) MOTO ( ) MOTORES E PEÇAS | EMPRESA RESPONSÁVEL                 |                             |           |                            |            |                    |
| MARCA DO VEÍCULO:  | MODELO DO VEÍCULO:                  | ANO FAB./ANO MODELO:        | COR:      |                            |            |                    |
| PLACAS:  | CHASSIS:                            | QUILOMETRAGEM:              |           |                            |            |                    |
| DATA DA RETIRADA: ____/____/____                                     |                                     | HORA DA RETIRADA: ____:____ |           |                            |            |                    |
| <b>LEGENDA</b>   |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| <b>C – CONFORME</b>  | <b>CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES</b> | <b>A – AVARIAS</b>          |           | <b>N/A – NÃO SE APLICA</b> |            |                    |
| <b>Itens a serem inspecionados</b>                                   |                                     | <b>C</b>                    | <b>CR</b> | <b>A</b>                   | <b>N/A</b> | <b>OBSERVAÇÕES</b> |
| Veículo andando quando acionada a ignição                            |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Estado geral da lataria  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Estado geral de vidros   |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Estado geral dos bancos  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Estado dos pneus   |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Possui estepe  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Possui rodas   |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Existência de motor e de caixa de câmbio                             |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo etc)      |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Aparelhos de som e ou imagem   |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Possui retrovisores  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Possui extintor de incêndio  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Faróis e lanternas íntegros  |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Observações:   |                                     |                             |           |                            |            |                    |
| Nome completo policial responsável pela vistoria:                    |                                     |                             |           | Assinatura e R.G.:         |            |                    |
| Nome completo motorista responsável pela vistoria:                   |                                     |                             |           | Assinatura e R.G.:         |            |                    |

1ª via – Autoridade Policial

2ª via – Motorista Guincho

3ª via – Representante Pátio



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP  
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

MODELO DE ATESTADO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÕES DE VEÍCULOS

|          |                                  |            |            |             |                  |            |            |             |        |            |            |             |
|----------|----------------------------------|------------|------------|-------------|------------------|------------|------------|-------------|--------|------------|------------|-------------|
| PÁTIO    | GESTOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |            |            |             |                  |            |            |             |        |            |            |             |
|          | PERÍODO: XX/XX/2025 a XX/XX/2025 |            |            |             |                  |            |            |             |        |            |            |             |
|          | Veículos Leves                   |            |            |             | Veículos Pesados |            |            |             | Motos  |            |            |             |
|          | Até 4h                           | de 4h a 6h | de 6h a 8h | acima de 8h | Até 4h           | de 4h a 6h | de 6h a 8h | acima de 8h | Até 4h | de 4h a 6h | de 6h a 8h | acima de 8h |
| XXª D.P. | 0                                | 0          | 0          | 0           | 0                | 0          | 0          | 0           | 5      | 0          | 0          | 0           |
| TOTAL    | 0                                | 0          | 0          | 0           | 0                | 0          | 0          | 0           | 5      | 0          | 0          | 0           |

- 1) Veículos leves (automóveis, utilitários, camionetas e similares);
- 2) Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, tratores, rebocques e similares);
- 3) Motocicletas, motonetas, tricidos e similares;
- 4) Motores, caixas de câmbio e outras peças.

Atesto para os fins do contrato nº XX/2025, referente a prestação de serviços de remoção de veículos e outros tracionados apreendidos em razão da prática de atos de polícia judiciária, por guinchamento até o pátio novo contratado, que os dados constantes da presente planilha correspondem aos serviços realizados no período mencionado.

São Paulo, XX de XXXXX de 202X.

NOME DO GESTOR DO CONTRATO  
CARGO